

O PARLAMENTO NA GESTÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ

*Renata Mendes Luna¹, Ticiano Marinho de Carvalho Studart², Andréa Pereira Cysne³ e
Maria Inês Teixeira Pinheiro⁴, José Nilson B. Campos⁵*

RESUMO. Este artigo tem como objetivo principal mostrar como o Ceará vem trabalhando as questões relacionadas à gestão dos seus recursos hídricos. Esta nova etapa de gestão das águas conta com a participação do Parlamento, através do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembléia Legislativa. Após uma fase inicial de construção do cenário atual dos recursos hídricos do Estado, o Parlamento, através do Pacto das Águas, finaliza também a sua segunda fase, onde foram trabalhadas, por meio de discussões e consensos, as principais questões municipais e regionais a serem trabalhadas no Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará

ABSTRACT. The present paper has as main objective to show how Ceará's State has worked water resources management. The Parliament, now, is inserted in this process, through the Council for High Studies and Strategic Subjects of the Legislative Assembly. After initial stage, that described the present situation of water resource, the Parliament finished the next stage, too. In this stage was worked, after consensuses, the main municipal and regional questions that to be taken account in the State's Strategic Water Resource Plan construction.

Palavras-Chaves. Gestão das Águas, Pacto das Águas, Ceará.

¹ Professora Adjunto do Departamento de Engenharia Ambiental da UFC. E-mail: renata.luna@ufc.br

² Professora Associado do Departamento de Engenharia Ambiental da UFC. E-mail: ticiano@ufc.br

³ Aluna do curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil da UFC

⁴ Professora do IFCE – Campus Maracanaú. E-mail: inestp@ifce.edu.br

⁵ Professor Associado do Departamento de Engenharia Ambiental da UFC. E-mail: nilson@ufc.br

INTRODUÇÃO

Os recursos hídricos do Nordeste do Brasil vêm desde há muito tempo sendo foco de ações e polêmicas. O certo é que, não fora a construção das obras, a população difusa do interior do Estado do Ceará não conseguiria sobreviver nas épocas de estiagem, porém, somente a construção de uma infra-estrutura hídrica não é suficiente para a garantia de água para toda a população.

Neste processo destaca-se a Fase da Hidráulica da gestão das águas do Ceará que teve início com criação da IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas), em 1909, posteriormente denominado Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, e durou até a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em 1959. Nesta fase a preocupação era dar suporte ao processo de implantação da infra-estrutura hídrica. A gestão neste momento limitava-se a utilização dos recursos acumulados em irrigação, abastecimento humano e animal, pesca e piscicultura.

Logo se verificou a necessidade de se relacionar o conhecimento do ambiente natural com as estruturas sócio-econômicas e assim demonstrar que o problema da seca resulta, em grande parte, dessas estruturas, apontando para a necessidade de modificá-las. Surge daí uma nova fase caracterizada pela transição entre a complementação da infra-estrutura hídrica e a gestão. Neste período, isto é, no início da década de 1980, foi criado o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, provavelmente o primeiro do Brasil estruturado e criado em Lei (Lei Estadual nº 10.840).

A partir de então foram impulsionadas não só ações construtivas, mas também ações não estruturais, correspondentes à criação dos instrumentos legais, jurídicos, institucionais e administrativos para embasarem as realizações que se descortinavam como grandes desafios, especialmente devido à criação da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH/CE, em 1987.

Em 1992, por meio da Lei nº 11.996, coube também à SRH promover o aproveitamento racional e integrado dos recursos hídricos do Estado, coordenando, gerenciando e operacionalizando ações no tocantes a recursos hídricos, além de promover a articulação dos órgãos e entidades estaduais do setor, com os federais e municipais. Esta lei regularizou de forma ampla o gerenciamento dos recursos hídricos, instituindo a Política Estadual de Recursos Hídricos e criando o Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos- SIGERH (Luna et al., 2008).

Com a criação da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH inicia-se, no Ceará, a prática de um modelo de gerenciamento integrado, descentralizado e participativo, associando tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos da água, considerando suas fases aérea, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico. Inicia-se a gestão por bacia, sendo o estado dividido em onze grandes bacias. Tendo sido o primeiro Comitê criado na bacia do rio Curu, em 1997.

Entretanto o que se verifica é que todas estas ações não foram suficientes para a garantia da água em quantidade e qualidade. O gerenciamento das águas realizado pela COGERH, juntamente com os comitês, não é mais suficiente para garantir a água, para os mais diversos fins, à população do Ceará.

Como citado por Fernandes (2002), muitas estratégias de desenvolvimento para o Nordeste e para o Ceará foram implementadas nos últimos 100 anos, no entanto, tais estratégias não conseguiram modificar o quadro que persiste ainda hoje, em muito devido a não haverem inserido o homem como um agente de transformação e mudança do meio; não considerarem as especificidades de cada uma das unidades geoambientais que formam a região; por serem trabalhadas políticas setorializadas e desintegradas no tempo e no espaço e por não existir o devido compartilhamento e envolvimento com a sociedade local.

Todos estes fatores fazem com que as ações de curto prazo nem sempre sejam compatíveis com as de longo prazo; provocando uma descontinuidade das políticas, dos programas e dos projetos, uma desarticulação entre os diversos órgãos, causando em alguns casos uma repetitividade de ações e em outras, lacunas.

A quantidade e qualidade de nossas águas não conseguem ser garantida apenas por meio de ações desenvolvidas pelo ente público, a sociedade deve e tem que se posicionar em relação aos recursos naturais e, em especial, à água.

Partindo desta premissa e buscando se reposicionar no novo contexto social e institucional, o Parlamento criou Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembléia Legislativa do Ceará, cujo objetivo é o de oferecer embasamento técnico-científico necessário ao planejamento de políticas públicas e ao processo decisório legislativo. Os trabalhos deste Conselho iniciaram-se com o tema Água.

Campos (2002) cita que a questão da gestão das águas está muito próxima das políticas públicas, visto que se trata de um termo multidisciplinar que aglutina questões do campo das ciências exatas e também das ciências sociais.

Experiência exitosa tem sido constatada na Comunidade Européia. Dorresteijn e Carvalho (2007) citam que uma demanda por parte dos cidadãos europeus, tornou prioridade à proteção dos recursos hídricos, de ecossistemas de água doce e salgada, e da água para uso doméstico.

Em meados de 1995, a Comissão Européia instalou uma Comissão de Comunicação para o Conselho e Parlamento Europeu e convidou organizações da sociedade civil para comentar sobre uma nova política de águas mais coerente e com envolvimento de todos interessados.

Apesar da aplicação da legislação comunitária de proteção ao meio aquático que se encontrava em vigor na Europa, em 1995, a poluição das águas costeiras e estuários aumentava, e a

das águas interioranas não melhorava, devido à limitação da aplicação das normas a determinados tipos de água e aos parâmetros de qualidade contemplados na lei.

Reconhecida a ineficiência da legislação, a Comissão Europeia apresentou uma proposta, Diretiva da Água, por meio de um quadro de ação comunitária da política da água, em 1997, englobando não só aspectos qualitativos, mas uma maior integração dos aspectos qualitativos e quantitativos para uma gestão sustentável dos ecossistemas aquáticos.

Na política das águas na União Europeia, a Diretiva da Água, introduziu uma abordagem integrada de proteção das águas superficiais e subterrâneas; avaliação do estado das águas através de abordagem ecológica; planejamento integrado em nível de bacia; estratégia para eliminação da poluição causada por substâncias perigosas; instrumentos financeiros; incremento da divulgação da informação e incentivo da participação do público e organização do quadro legal comunitário.

A busca de uma gestão mais eficiente dos seus recursos hídricos para o estado do Ceará iniciou, no final do ano de 2007, com planejamento de uma ação por parte da Assembléia Legislativa do Estado, o Pacto das Águas.

O Pacto das Águas encontra-se hoje em sua terceira fase caminhando para o fechamento dos trabalhos o qual culminará em um Plano Estratégico de Recursos Hídricos para o Estado do Ceará.

OBJETIVO

O presente trabalho tem por objetivo mostrar como o Estado do Ceará tem trabalhado uma nova visão na gestão dos recursos hídricos, na busca de torná-la, de fato, uma gestão participativa e continuada, garantindo desta forma a mobilização e engajamento de instituições federais, estaduais e municipais e de organismos representativos dos mais diversos setores da sociedade.

O PACTO DAS ÁGUAS – ESCALA REGIONAL E MUNICIPAL

Como citado por Luna et al. (2008), o Pacto fundamenta-se em um amplo diálogo o qual reconhece os múltiplos usos da água, aposta na participação como um instrumento de eficiência do processo e no compartilhamento das responsabilidades para o sucesso das ações, tendo em vista que qualquer política pública, para transformar-se em ação eficiente, precisa ser incorporada no cotidiano de quem por elas é afetado.

Desta forma, a sua fase inicial constou de uma fase preparatória, com diálogos entre os participantes, oito núcleos: Executivo Estadual – dividido em dois, os que lidam com a oferta de água e os que lidam com a demanda; Executivo Federal; Poder Público Municipal; Academias/Institutos de Pesquisa; Comitês de Bacias e Sociedade Civil – dividida em dois núcleos, um das organizações que tratam o uso da água como insumo de seus processos produtivos e outro composto pelas entidades de classe e os movimentos sociais, para a definição da metodologia a ser

adotada em uma fase seguinte, de consensos entre estas várias instituições e colegiados, sobre a situação atual dos recursos hídricos no Estado.

Nesta primeira fase, o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos elaborou um documento intitulado “Iniciando o Diálogo”, o qual foi distribuído entre todos os atores com o intuito de “provocar” um posicionamento das entidades/instituições participantes em relação ao Cenário Atual dos Recursos Hídricos. Secretarias de Estado (Turismo, Ciência e Tecnologia, Saúde, Educação, Planejamento, Agricultura, Infraestrutura, Recursos Hídricos, Cidade), Universidades, Centros de Pesquisa, Comitês de Bacia, Usuários de água, entre outros, mostraram suas visões sobre o tema Água.

Após uma série de encontros e discussões esta fase culminou na confecção de um documento denominado *Cenário Atual dos recursos Hídricos do Estado do Ceará*, produzido consensualmente a partir da visão de 86 atores descrevendo a situação atual dos recursos hídricos e fazendo uma análise crítica.

Neste documento foram levantados os grandes desafios a serem enfrentados pelo Estado quanto aos recursos hídricos, quais sejam:

- Estabelecer políticas públicas capazes de induzir o modelo de Desenvolvimento que considere as vocações do Estado, sua estrutura social, cultural e ambiental com justiça e equidade na gestão das águas.
- Estabelecer e implementar uma política estadual de convivência com o semi-árido continuada construída de forma descentralizada e participativa.
- Desenvolver a consciência e a capacidade de convivência com o semi-árido, a partir de programas de comunicação permanente, educação ambiental formal e para sociedade em geral, contextualizados para o meio rural e urbano.
- Garantir a articulação interinstitucional e adequação legal para efetivação do SIGERH de acordo com seus princípios, objetivos e diretrizes.
- Garantir, de forma sustentável, água em quantidade e qualidade para os múltiplos usos da população difusa.
- Estruturar política de saneamento sustentável que contemple todos os portes de sistemas e as necessidades da população, seja em grandes aglomerados ou pequenas localidades rurais, com controle social, regulação, fiscalização e monitoramento público, buscando a universalização do acesso, com qualidade.
- Garantir o aumento da oferta hídrica nos seus diferentes aspectos: complementar a infraestrutura de acumulação, interligar bacias, estimular o reuso, a dessalinização da água do mar e melhorar a eficiência na demanda.

E dois desafios propostos pelo governador do Estado

- “Estabelecer soluções, com tempo de implementação determinado, para acabar definitivamente com o uso do carro pipa no abastecimento das populações, considerado uma vergonha para o Estado”
- “Discutir e aprofundar a idéia de se construir um cinturão de águas no Ceará, que circunde os limites do Estado, e permita a distribuição de água a seus vazios hídricos”

Após a divulgação deste documento, feita pelo executivo estadual, em uma solenidade de lançamento na Assembléia Legislativa do Estado, iniciou-se a segunda fase.

Para a segunda fase novas escalas são adotadas, escalas regionais e municipais, o sucesso desta fase deveu-se em grande parte a articulação com as gerências de bacia da COGERH e os Comitês de Bacia do Estado. Nessa etapa foi desenvolvido um grande esforço no envolvimento dos municípios, entes que tem uma relação bem direta com os problemas relacionados à água e com suas soluções, mas que, historicamente, pouco se envolvem na gestão e gerenciamento destes recursos.

O Pacto realizou apresentações em todas as 11 regiões hidrográficas objetivando apresentar o seu papel regionalmente, sua intenção política, seus princípios e objetivos, e estimular os municípios a se engajarem neste processo, realizando os seus Diálogos Municipais. Desta forma, 156, dos 184 municípios do estado realizaram seus Diálogos Municipais onde, sob coordenação de cada um dos municípios, foram realizadas discussões objetivando obter contribuições da visão municipal, a partir da sua identificação com o cenário apresentado, e de suas propostas para transpor os desafios que se apresentavam. Estes encontros contaram com a participação de cerca de 6.800 pessoas.

Os resultados dos Diálogos Municipais foram apresentados em Seminários Regionais, na mesma escala das Bacias Hidrográficas e objetivaram não só avaliar os diálogos municipais, mas, também efetivar pactuações entre atores locais, focados nas grandes questões regionais, e identificando demandas e propostas de parcerias com instituições e entidades tanto das esferas estadual como federal.

A etapa seguinte retomará a escala estadual realizando vários encontros e discussões, utilizando todo o material trabalhado nas escalas regionais e municipais, e que deverá ser sistematizado para facilitar a análise e a produção do **Plano Estratégico para os Recursos Hídricos do Estado do Ceará**.

RESULTADO DA FASE REGIONAL E MUNICIPAL

Muitos dos desafios colocados em discussão nos Diálogos Municipais e Seminários Regionais podem ser transpostos em nível regional, com a formação de consórcios ou parcerias.

Como resultado desta fase, obteve-se, após as discussões do material sistematizado como principais proposições passíveis de pactuação regional:

- Elaborar os Planos Municipais de Saneamento, realizando diagnóstico para conhecer a real situação de abastecimento da população dos municípios e apontado soluções para a universalização do atendimento.
- Efetivar a criação dos consórcios intermunicipais para instalação dos aterros sanitários.
- Implantar sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário com coleta e tratamento em todos os municípios da bacia.
- Aperfeiçoar a sistemática de fiscalização (captações irregulares e efluentes).
- Elaborar projeto regional de construção de adutoras, utilização das águas dos canais de interligação das bacias hidrográficas.
- Fortalecer a manutenção e atualização do cadastro de oferta (obras hídricas) e demanda (usuários).
- Desenvolver programa de preservação e recuperação das margens dos rios da bacia, conforme legislação pertinente.
- Reforçar um modelo institucional para economia de água que incentive reuso, hidrometração individual nos condomínios, recolhimento da água de chuva.
- Articular/apoiar/difundir as ações no que diz respeito à implantação dos planos, programas e projetos no âmbito da garantia da oferta de água nos Municípios da bacia.
- Ação de mobilização social, através de projetos de conscientização para o uso e manejo racional do solo e das águas superficiais e subterrâneas.
- Desenvolver projetos agrícolas que valorizem o aproveitamento racional da água, adotar sistema de irrigação de baixo consumo e estimular e apoiar a agricultura orgânica.
- Negociar com órgãos estaduais o desenvolvimento de projetos produtivos sustentáveis: agricultura orgânica e tecnificada; turismo e lazer; piscicultura em tanques rede.
- Adotar ações de redução e controle do uso de agrotóxicos.
- Viabilizar ações turísticas que utilizem o mínimo dos recursos naturais valorize e potencialize os valores locais (eco turismo e turismo comunitário) adotando modelo de turismo sustentável construído de forma participativa.
- Estimular o desenvolvimento de técnicas de reuso da água em todos os setores produtivos e nos múltiplos usos.
- Recuperar áreas desmatadas e degradadas utilizando plantas nativas.
- Fortalecer cadeias produtivas adequadas à convivência com o semi-árido.
- Intensificar a assistência técnica nos municípios da bacia, considerando as questões relacionadas ao semi-árido.

- Estimular atividades produtivas (agricultura, indústria, artesanato, turismo e lazer) que utilizem pouca água, não sejam poluidoras e otimizem os recursos naturais existentes.
- Definir um programa de educação ambiental que contemple a especificidade do semi - árido e de cada bacia.
- Desenvolver estudos e pesquisas para melhorar as formas de conveniência com o semi - árido adequando-as as especificidades regionais e como também o potencial de água subterrânea.
- Incentivar a criação de escolas e/ou cursos profissionalizantes em agroecologia voltadas para a realidade do semi-árido.
- Realizar diagnóstico com caracterização da população difusa, identificando demandas fontes, usos e outras informações.
- Desenvolver programa de treinamento para que os agentes de saúde sejam multiplicadores das ações de gestão de recursos hídricos (água e saúde).
- Desenvolver articulações regionais de forma a garantir, à população difusa, água em quantidade e qualidade, através de sistemas integrados - cisternas, poços, adutoras, barragens subterrâneas ou de enrocamento e dessalinizadores.
- Estimular gerenciamento dos sistemas de abastecimento isolados a partir das próprias comunidades (capacitando-as).
- Propor a revisão da Lei Estadual de Recursos Hídricos em especial nos aspectos referentes: a atuação do CONERH, as diretrizes para um maior empoderamento dos Comitês de Bacia, a atribuições dos municípios, a gestão das águas subterrâneas.
- Fortalecer o comitê de bacia a fim de possibilitar a difusão das ações sustentáveis dos recursos hídricos e a efetividade do o Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - SIGERH e melhorar articulação entre as diferentes instâncias do Sistema * Comissões Gestoras, Comitê, Câmaras Técnicas e também com os COMDEMA's).
- Apoiar a manutenção de um cadastro de usuários padronizado atualizado.
- Desenvolver sistema de gestão adequado às especificidades de cada bacia.
- Ampliar o monitoramento quantitativo e em especial o qualitativo, inclusive nos lagos e lagoas.
- Desenvolver articulação para solicitar revisão da tarifa de água de acordo com a situação da bacia hidrográfica (se doadora ou receptora).
- Desenvolver amplo programa de comunicação social sobre SIGERH.

Alguns resultados concretos já foram obtidos podendo-se citar a articulação realizada entre os municípios da Bacia do rio Salgado, na elaboração de um projeto de recuperação dos corpos d'água superficiais a partir de três ações chaves: fiscalização e informação sobre a Legislação; Educação

ambiental, mediação e divulgação dos preceitos agroecológicos e definição das espécies a serem utilizadas nas áreas de mata ciliar, além da coleta de sementes e da implantação dos viveiros de mudas.

CONCLUSÃO

O Pacto das Águas tem verificado o interesse e participação dos órgãos e instituições nos assuntos relacionadas à água. É fato também o interesse das pessoas, porém, o que se observa é que é preciso mais que este interesse. O Estado como instituição deve estar presente para instigar e para ajudar a fazer acontecer, em especial devido ao pouco conhecimento técnico por parte da população e pelo seu baixo poder de mobilização e articulação, principalmente das populações difusas.

As ações realizadas mobilizaram, até o presente momento, cerca de 10.000 pessoas, fazendo com que um espírito crítico comece a se instalar, de forma que as ações antrópicas negativas, antes de serem efetivadas possam ser objeto de análise e de alternativas mais sustentáveis.

É de se esperar que esta construção participativa permita que o Plano Estratégico para os Recursos Hídricos do Estado do Ceará tenha sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Livro

CEARÁ (2007). Construção do Pacto das Águas do Ceará: Proposta Metodológica. Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos. Assembléia Legislativa do Ceará.

CAMPOS, J. N. B.; STUDART, T. M. C. (2001). Gestão de Águas: princípios e práticas. Porto Alegre; ABRH.

b) Capítulo de Livro

CAMPOS, J.N.B. (2002). Água, sociedade e natureza – desenvolvimento científico e gestão das águas. Água e Desenvolvimento Sustentável no Semi-árido. Fortaleza. Fundação Konrad Adenauer. Série Debates, nº 24. Dezembro.

FERNANDES, F.B.P. (2002). Gestão de recursos hídricos nas regiões áridas e semi-áridas como processo de redução das desigualdades sociais. Água e Desenvolvimento Sustentável no Semi-árido. Fortaleza. Fundação Konrad Adenauer. Série Debates, nº 24. Dezembro.

c) Artigos em anais de simpósio

LUNA, R. M.; SANTANA, E.W.; STUDART, T. M. C.; CAMPOS, J. N. B.; PINHEIRO, M. I. T.; CAMPELO, C. M. F.; CAMPOS, V. R.. O parlamento e o novo desafio da gestão das águas do Ceará: a busca pelo consenso. Anais do XXXI Congresso Interamericano de Ingeniería Sanitaria y Ambiental - AIDIS. SANTIAGO: Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental - AIDIS, 2008.

DORRESTEIJN, H.; CARVALHO. C. (2007) Diretrizes da Política das Águas na União Européia. Seminário 9.433 +10. Avaliação dos Dez Anos da Política Nacional de Recursos Hídricos. In: http://www.ana.gov.br/SalaImprensa/seminario_dez_anos.asp

MAOTDR (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional). Directiva Quadro da Água. Acesso em 27/05/2008. In: <http://dqa.inag.pt/dqa2002/port/apresenta/antecedentes.html>.